

13
12
11
10
9
8
7
6
5
4
3
2
1
E.C.C. GENRAL

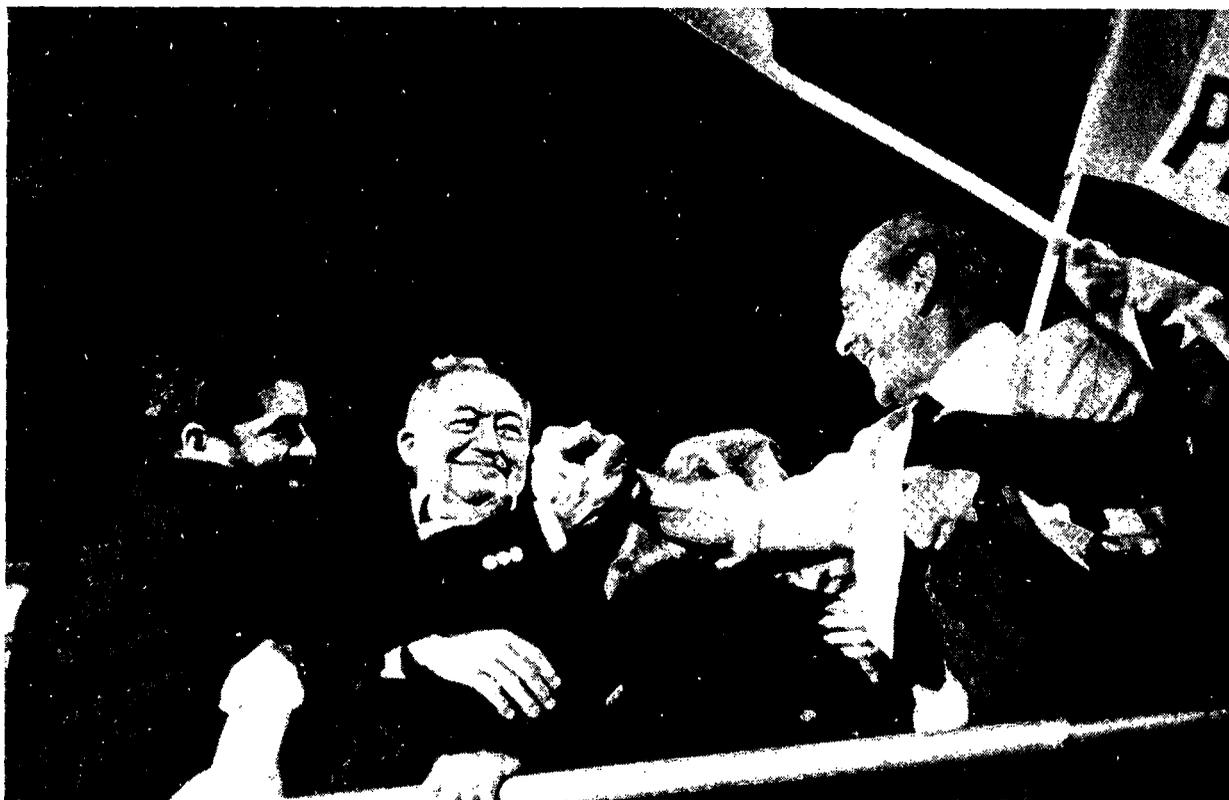
Nº 528 - de 12 a 18 de dezembro de 1989

Aconteceu

Lula encosta em Collor e prepara equipe de governo

Quando esta edição era fechada, o candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva estava com 3 pontos percentuais de diferença para o candidato do PRN. Isto pode ser considerado empate técnico, tornando imprevisível o resultado da eleição do dia 17 de dezembro. Lula consolidou a união das esquerdas enquanto Collor ficou isolado com uma proposta limitada e de direita. Veja política nas páginas 2, 3, 4 e 5.

Carlos Carvalho



Lula, Miguel Arraes e Brizola representaram a união das esquerdas na Apoteose, sábado, no Rio.

Aposentados e pensionistas promovem no Rio a "Ceia da Miséria"

Página 10

Líder de campanha do PRN ameaça padre no interior de Minas

Última página

Mercadante acha despesas um "assalto"

O PT pretende impedir que o governo Sarney gaste NCz\$ 50 bilhões em dezembro, sem justificativa e deixando a conta para o próximo presidente. "Descobrimos um verdadeiro assalto ao Tesouro Nacional, num conluio entre um governo irresponsável e políticos fisiológicos", denunciou o economista Aloísio Mercadante, depois de visitar o ministério da Fazenda. Por isso, o partido pretende mobilizar o Congresso para acompanhar a execução do orçamento no último mês do ano, a fim de que sejam liberados apenas os recursos para despesas justificadas.

"Não vamos permitir que o Tesouro seja assaltado, numa festa final do reino de Avilan", afirmou, numa referência à novela *Que rei sou eu?*, exibida pela TV Globo. Ele revelou que os economistas do PT pretendem descobrir por que o governo vai emitir US\$ 4,5 bilhões em títulos da dívida pública em dezembro, sendo a metade para cobrir despesas não financeiras. De janeiro a novembro, a emissão para garantir recursos para esses gastos chegou a apenas US\$ 500 milhões. Uma das contas que mais chamou a atenção dos economistas do PT (também visitaram o ministério, Guido Mantega e Ademar Sato) foi a rubrica *Pessoal*.

Privilégios

A folha de pagamentos da administração direta, fundações e autarquias salta de NCz\$ 6 bilhões, em novembro, para NCz\$ 26 bilhões, em dezembro. Os funcionários do Tesouro, segundo Mercadante, não conseguiram explicar o motivo do salto. "No meio de reivindicações justas, há concessões de privilégios que não ficam claros", afirmou Guido Mantega. Os economistas prometem um exame completo das despesas com pessoal, antes que o PT tome posição sobre a proposta

de reajuste e antecipação salarial apresentada pelo governo.

O PT quer descobrir também se as despesas autorizadas no último mês do ano constituirão a base de gastos dos próximos meses. "Só o décimo-terceiro salário não justifica o aumento dos gastos com pessoal", afirma Mercadante. "Acreditamos que estão armando para o próximo presidente desarmar", continua. Por isso, os economistas pediram aos funcionários do Tesouro que "sentem em cima do caixa".

Aloísio Mercadante disse ainda que a descoberta foi surpreendente, porque o comportamento das despesas até novembro não permitia ter uma idéia do crescimento de dezembro. Isto, segundo ele, significa que há um clima de fim de festa, pois o rombo só seria descoberto com os resultados oficiais da execução do caixa de dezembro, que seriam divulgados em janeiro, depois da eleição do próximo presidente. "Os próprios funcionários do Tesouro estão indignados com o que está ocorrendo", afirmou. (JB, 8/12/89)



Aloísio Mercadante

Aconteceu n° 528
12 a 18 de dezembro de 1989

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira
Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente
Lígia Dutra
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Ellane Lobato

Composição
Kátia Simões
Paulo Roberto S. Garcia

Produção Gráfica
Alcino Demby

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luís Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro
Xico Teixeira

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado n° 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: NCz\$ 30,00
Assinatura de apoio: NCz\$ 45,00

Lula cresce em todas as regiões do país

O candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu, em quatro dias, diminuir em cinco pontos - cerca de 4 milhões de votos - a diferença que o separa de Fernando Collor de Mello (PRN). Collor tem 47% na quarta pesquisa nacional DataFolha do segundo turno, realizada dia 8, sexta-feira. Lula tem 44%. Os dois candidatos estão estatisticamente empatados. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos a mais ou a menos para cada candidato. Embora ainda apareça liderando a disputa, a curva de Collor é descendente: ele tinha 50% das intenções de votos no dia 30 de novembro, baixou para 49% dia 4 e tem agora 47%; perdendo 3 pontos (cerca de 2,4 milhões de votos) em oito dias.

No mesmo período, Lula subiu 4 pontos (3,2 milhões de votos), pulando dos 40% que tinha no dia 30 para os atuais 44%. Na primei-

ra pesquisa, feita uma semana depois da eleição, Lula tinha 39% e Collor 48%.

A ascensão de Lula e a queda de Collor acontecem após o primeiro debate realizado entre os dois candidatos (dia 3) e as investidas que fizeram nos Estados do Rio e do Rio Grande do Sul em busca do voto brizolista. Lula teve a companhia de Brizola nas visitas que fez a cidades gaúchas e fluminenses.

Essa quarta pesquisa ouviu 5.250 eleitores de 210 cidades grandes, médias e pequenas. É a 19ª pesquisa nacional que o DataFolha realiza nessa eleição presidencial. A taxa de indecisos se mantém em 6% e a de votos nulos e brancos, que era de 4%, é agora de 3%. A diferença entre os dois candidatos na pesquisa espontânea - em que o entrevistador pergunta em quem o eleitor pretende

votar no dia 17 de dezembro sem a apresentação dos nomes dos dois candidatos - também é de 3 pontos: Collor tem 44% e Lula 41%. Na última pesquisa, a diferença entre os dois era de 7 pontos - 45% para Collor e 38% para Lula.

Os perfis geográficos dos dois candidatos no segundo turno podem ser assim resumidos: Collor é forte principalmente nos pequenos e médios municípios do interior do país; Lula, nas grandes cidades, capitais e regiões metropolitanas. A vantagem de Collor sobre Lula nos pequenos municípios - 57% a 33% - inverte-se nas grandes cidades - onde Lula vence com 55% contra 37%. A disputa mais acirrada trava-se nos municípios de porte médio, onde a vantagem de Collor é de 49% contra 42%. (Folha de São Paulo, 11/12/89)

Chuva não atrapalha comício de Lula em São Paulo

Acompanhado do Senador Mário Covas, pela primeira vez num palanque com Lula, o candidato da Frente Brasil Popular à Presidência da República, no encerramento do comício da Vitória, dia 10, no Pacaembu, em São Paulo, dirigiu veemente apelo aos eleitores para que continuem a campanha sem se deixarem envolver pelo clima do "já ganhou". Lula, ao iniciar seu discurso, voltou a afirmar que está buscando alianças com outras legendas para ganhar, tomar posse e depois governar o país.

- O futuro Governo não é só de um partido e sim de toda a sociedade. O Governo não pode se resumir apenas a um partido e as alianças possibilitarão a criação de um Brasil novo, que sirva de exemplo para todos.

Apesar da chuva intermitente - que só cessou três horas depois de 300 mil pessoas (400 mil, segundo os organizadores) participaram do comício na Praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu, na Região Oeste da Capital.

Bandeiras, cartazes, pipas, balões de gás e faixas nas cores vermelha, branca, verde e amarela, tomaram a praça. No palanque, políticos da Frente e do PMDB, PSDB, PDT, PCB, PC do B, PSD e do PV. A chegada de Lula foi adiada das 19h30m, já que o candidato se atrasou no comício em Maceió.

No palanque, ao lado de um dos líderes mais cobiçados deste segundo turno, o ex-candidato do PSDB, senador Mário Covas, Lula disse que a vitória servirá para "calar a boca do candidato Collor".

Lula insistiu para que a luta pela vitória continue com toda a força até o próximo dia 17. Mário Covas, acompanhado pelos principais dirigentes do PSDB em São Paulo e por lideranças nacionais do partido, participou do comício pedindo votos para o candidato da Frente Brasil Popular.

O comício foi animado por vários artistas - entre eles, Lobão, Taiguara, Sivuca, Eduardo Godin, Jorge Mautner, Cláudio Nucci, Leci Brandão, o roqueiro Supla - a maioria trocando os versos das músicas por palavras de ordem da campanha.

Mas a multidão delirou mesmo foi com o anúncio da última pesquisa do DataFolha: empate técnico entre os dois candidatos. (O Globo, 11/12/89)

Show da Apoteose foi símbolo de união das esquerdas

Foram seis horas de show - das 22h de sexta-feira às 4h de sábado - em que 41 artistas se revezaram no palco da Praça da Apoteose para celebrar o candidato Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular (PT, PC do B e PSB). Com ele, subiram ao palco, à meia-noite e 20, o ex-governador Leonel Brizola, do PDT, e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, do PMDB, simbolizando a união das forças de esquerda em torno de um único candidato. Não foi à toa que o slogan mais cantado de toda a noite foi: "Esquerda, unida, jamais será vencida".

A arquibancada do lado esquer-

do da Apoteose, com capacidade para 11 mil pessoas, estava totalmente ocupada (a do lado direito estava interditada para obras). Metade da praça, que em uma área total de 9.500 metros quadrados, estava lotada e o público se comprimia para chegar mais perto do palco. Na outra metade, as pessoas circulavam e dançavam à vontade. Segundo o compositor Wagner Tiso, um dos organizadores da festa, foram vendidos 45.000 ingressos. Além disso, um dos portões foi liberado às 21h15, depois do tumulto criado por cerca de 100 pessoas que, de-savisadas do preço do ingresso (NCz\$ 30,00), alegavam não

poder pagar.

O ator José de Abreu reencontrou o prefeito Marcello Alencar, que foi seu advogado no final dos anos 60. Estudante da PUC em São Paulo, José de Abreu foi segurança do seu colega José Dirceu, então líder estudantil e hoje um dos principais assessores de Lula. "Eram tantas siglas de esquerda, que eu me confundia todo", lembrou o prefeito, que defendeu vários estudantes na época. O ator perguntou a Marcello Alencar como vai ser o comício do dia 13. O prefeito não deixou por menos: "Vamos levar 1 milhão à Candelária". (JB, 10/12/89)

Frente Brasil Popular tem adesão de 132 parlamentares

"Progressistas" do PMDB (em número de 45) e do PSDB (27), além dos parlamentares do PDT, do PCB e dos partidos que integram a Frente Brasil Popular (PT-PSB-PC do B) lançaram, dia 6, à tarde, no auditório Nereu Ramos, o Movimento Parlamentar Lula Presidente, aliança que já conta com a adesão de 132 deputados e senadores. No discurso durante a solenidade, o líder do PT, deputado Plínio de Arruda Sampaio, disse que ali estava "a bancada de Lula, a força de que ele precisa para governar; a oportunidade de se acabar com a dualidade do povo e de dar cidadania a todos os que nascem".

Os deputados do PSDB, Nelson Friederich, e do PT, José Genoíno, garantem que o número de assinantes do acordo deve chegar, no mínimo, a 150 parlamentares. Quase no final da solenidade chegou um integrante do PFL: o deputado Thomas Nonô (AL), adversário político em Alagoas do candidato Fernando Collor. Sob aplausos, Nonô assinou o documento:

- O PT me adora - brincou.

Poucos senadores compareceram à reunião - Severo Gomes

(PMDB), Pompeu de Souza (PSDB), Maurício Correa (PDT), Ronan Tito (PMDB), Dirceu Carneiro (PSDB), Nelson Wedekin (PMDB), Aluísio Bezerra (PMDB) e Jamil Haddad (PSB) - mas Plínio garantiu que acertou a adesão de vários outros. Ele não quis divulgar o abaixo-assinado de formação da aliança, sob o argumento de que seria "indelicado com aqueles que querem, mas ainda não puderam assinar".

O ex-governador Waldir Pires (PMDB), disse que a reunião dava rumos de um "progresso que vai atingir a cada um dos brasileiros". Todos os líderes que participam do movimento de uma forma ou de outra, lembraram as alianças feitas durante a elaboração da Constituição e enfatizaram o fato de estas alianças terem permitido que a Carta fosse a mais progressista da história brasileira. (O Globo, 7/12/89)

Ricardo Stuckert



No Auditório Nereu Ramos, parlamentares lançam o Movimento Pró-Lula.

Lula começa a tratar da formação de governo

Luiz Antônio

Na viagem de jatinho entre o comício de Paraopebas, no Pará, e a festa musical de união das esquerdas no Sambódromo, no Rio, sexta-feira à noite, o presidente do PT, Luís Gushiken, virou-se para o candidato de seu partido, Luís Inácio Lula da Silva, e pela primeira vez em tom de gravidade propôs que ele começasse a tratar imediatamente da formação da equipe de governo.

Gushiken se baseava não mais no otimismo muitas vezes sem fundamento que move até as campanhas antecipadamente derrotadas, mas na possibilidade verdadeira revelada pela pesquisa de quinta-feira do Ibope, em que Lula cresceu seis pontos percentuais em quatro dias na preferência do eleitorado e ficou a apenas nove pontos de seu adversário Fernando Collor de Mello - de quem perdia em agosto pelo implacável marcador de 44% a 5%.

Lula concordou e decidiu tratar da formação de governo com os candidatos de esquerda derrotados no primeiro turno da eleição presidencial, em 15 de novembro - o ex-governador Leonel Brizola (PDT), o senador Mário Covas (PSDB) e o deputado Roberto Freire (PCB) - e com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, representando a esquerda do PMDB. Todos eles estão agora unidos em torno da candidatura de Lula para tentar derrotar Collor no turno final da eleição, no próximo domingo. Foi levantada até a idéia de se fazer uma reunião de Lula com Brizola, Covas, Freire e Arraes para selar um acordo que vá além das urnas, criando condições objetivas de governabilidade para a hipótese de o candidato do PT ser eleito. Lula inclusive já disse a Brizola que deseja fazer um



Lula expõe seus planos em discurso nas instalações da Vale do Rio Doce.

governo de co-participação. Conversa, aliás, que Brizola não deixou levar adiante: "Vamos, primeiro, ganhar a eleição".

Quando chegou ao sambódromo à meia-noite de sexta-feira, Lula e seus principais assessores ficaram entusiasmados não só com o tamanho da festa, mas principalmente com um fato que alguns deles destacavam como o mais importante da semana e que podia ser comprovado ali, nas arquibancadas, na pista, no palco, nas bandeiras e palavras de ordem: toda a esquerda, afinal, se reencontrava em torno de uma candidatura a presidente.

A confusão quer Brizola armou para Lula ao dizer que não subirá em seus palanques se lá também estiver o candidato a vice-presidente José Paulo Bi-

sol só não parecia tema distante porque faixas enormes não deixavam de exibir os dois nomes da chapa completa do PT. Embora ninguém garanta que Brizola não retomará o assunto, os principais dirigentes do PDT diziam no sambódromo que Bisol era uma página virada. Mas se Brizola tocar no assunto, Lula disfarçará com ironias.

Brizola firmou posição criticando o companheiro de chapa de Lula, mas reconhece que não está entre os seus poderes o de substituí-lo. Este é um assunto que cabe exclusivamente a Lula e a Bisol decidir. É na Frente Brasil Popular que apoia Lula - este assunto está definitivamente encerrado: Bisol fica, embora vá passear por outras praças quando Brizola estiver perto de Lula. (JB, 10/12/89)

Plano de governo do PT estatiza ensino em 10 anos

O Plano de Ação de Governo (PAG) do Partido dos Trabalhadores pretende considerar a iniciativa particular na educação "uma concessão de serviço público a particulares, garantindo ao Estado a fiscalização plena do serviço". O programa prevê a ampliação da rede pública, tendo como meta torná-la exclusiva no prazo de 10 anos. O PT prevê ainda a democratização da gestão do sistema escolar, permitindo a participação de entidades docentes, funcionários, estudantes e sociedade civil - incluindo sindicatos e associações de trabalhadores na fiscalização e direção do sistema educacional.

O PAG - um documento de 161 páginas - foi entregue na noite de quarta-feira aos líderes do PDT, Vivaldo Barbosa, e do

PSDB, Euclides Sclaco, para que faça parte das discussões entre os dois partidos sobre a forma de engajamento na campanha do candidato da Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva.

A política educacional do governo do PT, de acordo com o PAG, deverá ser integrada com a política global de desenvolvimento do partido. Este será o objetivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Educação, a ser integrado por representação popular, associações civis e representantes de ministérios. Para ampliar a rede pública, a proposta do PT prevê a contenção do crescimento da rede privada, que será tornada pública e integrada ao Sistema Nacional de Educação, "cabendo ao Estado o seu direciona-

mento, fiscalização e garantia de transparência".

O PT propõe ainda a adoção de um plano educacional de emergência para "eliminar o déficit configurado por 31 milhões de analfabetos adultos e oito milhões de crianças sem acesso ao primeiro ano de ensino fundamental". Para isso, ele quer "aproveitar a rede física instalada, estatal e privada, para a alfabetização de adultos.

No caso da rede particular, inclusive Senai e Senac, isto se daria como retribuição à concessão do serviço público, isto é, como obrigação concomitante ao direito de empresariamento da educação como concessão de serviço público". A erradicação do analfabetismo se daria em 3 anos. (Correio Braziliense, 03/12/89)

Escola não pode cobrar taxa

A Fundação Educacional do DF distribuiu dia 1º irã hoje circular para todas as escolas da rede oficial, informando sobre a proibição de cobrança de taxas no ato da matrícula. Várias denúncias de pais reclamando da cobrança de taxas relativas à Associação de Pais e Mestres (APMs), recebida pela fundação nos últimos dias, levaram a diretora-executiva da FEDF, Malva Queirós, a enviar o ofício lembrando às diretoras que não é permitida a cobrança de taxas nas escolas públicas.

Os estabelecimentos de ensino informam aos pais que o pagamento de taxa de APM não é obrigatório, mas só se foram indagados. (Correio Braziliense, 1º/12/89)

Merenda escolar está apodrecendo

Mais de mil toneladas de gêneros alimentícios da Fundação de Assistência ao Educando (FAE) estão apodrecendo no depósito central da Cibrazen, nesta capital. A deterioração dos alimentos é uma consequência da greve dos funcionários da Companhia Brasileira de Armazenagem, que completou, dia 5, 50 dias com a adesão total dos servidores lotados no Piauí. Só no depósito central da Cibrazen, em Teresina, estão guardados três mil 500 toneladas de alimentos destinados à merenda escolar. O prazo de validade dos produtos estocados varia de três a seis meses. Mais de mil toneladas têm o prazo para consumo humano vencendo este mês. (Correio Braziliense, 6/12/89)

Educação depende da dívida externa

A solução do problema educacional da América Latina está subordinada à superação do problema da dívida externa dos países da região. Essa foi a posição definida em um encontro de 120 representantes de vinte países, reunidos em Quito, capital do Equador. Segundo os delegados, é preciso também um aumento de recursos financeiros e mudanças na estrutura da administração educacional para garantir o emprego idôneo de recursos. Outra recomendação foi de que seja enfatizado o papel dos docentes, a educação pré-escolar, o papel da educação nas estratégias integrais de desenvolvimento e a responsabilidade do Estado. (Folha de São Paulo, 03/12/89)

SNI antecipa mudanças na tentativa de sobreviver

Entre os primeiros atos do futuro presidente da República estará uma medida provisória que extingue o Serviço Nacional de Informações (SNI) a partir de 15 de março de 1990, tanto faz seja eleito Fernando Collor de Mello (PRN) ou Luís Inácio Lula da Silva (PT). E para sobreviver à sua extinção, o SNI já está antecipando as mudanças em sua estrutura previstas nos programas dos dois candidatos. Entre outras medidas, os funcionários da instituição criada pelo general Golbery do Couto e Silva em 1964, logo após o golpe militar, serão demitidos ou remanejados. O ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, já determinou o fechamento de agências e escritórios do SNI, além da transferência de algumas de suas funções para a Polícia Federal.

Os serviços de informações dos ministros militares também estão procurando ajustar-se às novas orientações. O CIE (Centro de Informações do Exército), a exemplo do SNI, está fechando agências nas capitais, deixando seu pessoal nos estados ocupado apenas com a coleta de informações para que as análises sejam feitas em Brasília. O antigo Cisa (Centro de Informações da Aeronáutica), também se antecipando ao futuro governo, mudou seu nome para Secretaria de Inteligência (Secint) e deixou de ser subordinado diretamente ao ministro, passando a vincular-se ao chefe do Estado-Maior da Força. Para os oficiais, esta é uma demonstração de que pretendem abandonar as questões políticas, passando a abastecer a Aeronáutica de informações basicamente estratégicas.

No Cenimar (Centro de Informações da Marinha) a situação não é diferente, embora tenha a menor estrutura entre os três. O Cenimar é também o mais antigo deles. Foi criado em 1947, com o nome de Serviço Secreto da Marinha, para fazer levantamentos de dados táticos e estratégicos para aplicação do poder naval. Hoje, a Marinha ainda se preocupa com as greves no setor portuário porque, segundo lembram seus oficiais, 95% do comércio exterior são feitos através do mar. Essa preocupação, entretanto, não tem por objetivo ocupar os portos, mas sim prevenir as autoridades para a possibilidade de paralisações.

Em um governo do PT, as Forças Armadas terão um serviço único de informação e contra-informação, vinculado ao Ministério da Defesa, para trabalhar somente com assuntos militares. Vencendo o PRN, Collor pretende substituir o SNI

por um serviço de inteligência que terá a missão de assessorar o presidente da República em assuntos estratégicos. O novo serviço, ainda sem nome ou sigla, será chefiado por um civil e provavelmente oriundo da diplomacia. Tratará das questões estratégicas envolvidas nas relações do Brasil com o mundo e, principalmente, com a América Latina, além de oferecer ao presidente da República as análises que julgar necessárias para tomar decisões nesse campo.

A frente que apóia Lula deseja eliminar também o instrumento do estado de defesa (medida excepcional restrita a uma área geográfica) e o Conselho de Defesa Nacional, criados pela Constituição de 1988, além de "desmilitarizar a administração pública". Isso significa, na definição do programa, até retirar os militares dos cargos de direção das empresas estatais. (JB, 06/12/89)

Serviço mantém agências nas capitais

Atualmente, o SNI tem 12 agências espalhadas pelas principais capitais brasileiras, além de 10 escritórios. A idéia dos responsáveis pelo setor de informações é aumentar a jurisdição de várias agências, e quatro delas estão em fase de desativação.

Os tipos de informações pretendidas também são diferentes. Os órgãos que atuam na área de informação asseguram terem abandonado as funções policiais, passando a abastecer o presidente da República e os ministros de Estado de informações sobre problemas que interessem a

cada setor. Na interpretação dos analistas, a comunidade deixou de se preocupar com greves, movimentos sindicais e corrupção, transferindo essas funções para a Polícia Federal, para concentrar sua atenção nos problemas de espionagem, terrorismo e questões que afetam a segurança nacional.

Em uma fase final, de acordo com as propostas do pessoal da comunidade de informações, o Serviço Nacional de Informações ou o nome que o novo presidente queira dar a ele, deverá se voltar basicamente para a área externa. (JB, 06/12/89)

Marajá

O consultor jurídico da Assembléia alagoana, Luiz Mendes de Barros, considerado o maior marajá do Estado, foi procurado pela equipe de TV de Collor. O objetivo era conseguir uma declaração de voto em Lula. Mas não conseguiram. (Painel FSP, 7/12/89)

Obrigado, Collor

De Mendes de Barros: "Eu ganho hoje na Assembléia Legislativa mais de NCz\$ 30 mil graças ao Collor. Se não fossem os aumentos durante o governo dele, eu estaria ganhando só NCz\$ 10 mil". (Painel FSP, 7/12/89)

Nenhum

Já são muitos os assessores do Palácio do Planalto que têm a impressão de que Sarney pode acabar anulando ou votando em branco no segundo turno. (Painel FSP, 7/12/89)

Desistências

Collor ia promover um comício na Cinelândia, no Rio. Desistiu. Transferiu para a Candelária. Desistiu novamente. Tudo para evitar a comparação com o comício de Lula, na Candelária, no próximo dia 14. (Painel FSP, 7/12/89)

Bichos

Cleto Falcão, interventor de Collor em sua campanha no Rio, se encontrou com os bicheiros Castor de Andrade e Anísio Abrahão. A reunião aconteceu no escritório de Castor. O "bicho" colloriu. (Painel FSP, 7/12/89)

Forte

Collor ficou irritado com o fato de Rogério Magri ter vazado a notícia sobre o Banco dos Trabalhadores. Mas o presidente da CGT ainda é o mais forte candidato ao Ministério do Trabalho collorido. (Painel FSP, 7/12/89)

Fraco

Bernardo Cabral não é mais nome certo para o Ministério da Justiça de um governo Collor. No círculo do candidato, afirma-se que Cabral demorou para aderir. Ele colloriu uma semana após o primeiro turno. (Painel FSP, 7/12/89)

Cartazes

A Editora Brasileira, de Brasília, está produzindo material de propaganda para Collor. A empresa ficou conhecida por seu envolvimento com a confecção, sem licitação, de cartazes para a FAE. (Painel FSP, 7/12/89)

Por uma letra

Covas não esconde a irritação quando o comportamento do seu PSDB no segundo turno é comparado à atuação do velho PSD. (Painel FSP, 7/12/89)

O dono

A Companhia Internacional de Seguros, onde foram apreendidos 8 mil camisetas de malha, bandeiras, panfletos, cartazes e adesivos da campanha do PRN que estavam estocados, pertence ao grupo empresarial Selecta.

Ou seja, do megacaloteiro Naji Nahas. (Informe JB, 7/12/89)

Estocada

Do deputado César Maia, sobre as últimas reuniões da direção do PSDB:

- Só falta um ato: retirar de vez o B e se assumir logo como PSD. (Informe JB, 7/12/89)

TFP

Foi a construtora Adolpho Lindenberg, de São Paulo, a responsável pelo pagamento ao jornal *Folha de São Paulo* da quantia de NCz\$ 23.963,04, referente ao anúncio publicado no último dia 29, no qual a Tradição Família e Propriedade fez duros ataques ao candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva, e defendeu a candidatura de Fernando Collor de Mello, do PRN.

Respondendo à intimação do corregedor-geral eleitoral, ministro Bueno de Souza, o diretor de Redação do jornal, Otávio Frias Filho, remeteu cópia da fatura e da autorização do pagamento, feita por telex pelo diretor-administrativo da Adolpho Lindenberg, Antonio Augusto Lisboa Miranda.

O anúncio - de 324 cm - é irregular desde o seu tamanho - mais de 1/8 de página - até o seu conteúdo, considerado "contrapropaganda caluniosa, injuriosa e difamatória". (Informe JB, 7/12/89)

Apoio a Lula

O Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Celso Queiroz, e os bispos auxiliares das Regiões Belém e Brasilândia da Arquidiocese de São Paulo, Dom Décio Pereira e Dom Angélico Sândalo Bernardino, declararam seu voto no candidato Luís Inácio Lula da Silva, em entrevistas na edição do jornal arquidiocesano "O São Paulo". Os outros quatro bispos auxiliares não se referem explicitamente a Lula nas entrevistas e insistem na necessidade de um programa de Governo voltado para a população de baixa renda. (JB, 7/12/89)

Ano festeiro

Pelo andar das festas, os candidatos às eleições do dia 3 de outubro de 1990 só deverão ter dois meses para fazer campanha: agosto e setembro.

E, mesmo assim, se em julho o Brasil não for campeão na Copa do Mundo.

Até lá ainda vão rolar Natal, Ano Novo e Carnaval. (Informe JB, 6/12/89)

Audiênciaglobal

De cada 7 telespectadores do debate entre Lula e Collor, domingo, 5 estavam ligados na TV Globo.

O programa, como se sabe, foi transmitido em pool por quase todas as emissoras de televisão.

É a força do hábito, que atende pelo nome técnico de audiência inercial. (Informe JB, 6/12/89)

A força do Rio

O comício de encerramento da campanha de Lula no segundo turno, dia 13, foi no Rio - e não em São Paulo, como ocorreu no primeiro turno -, na Candelária, a partir das 17h.

O dia escolhido deu o tom da festa, já que marca os 21 anos da decretação do famigerado AI-5.

Foi uma espécie de anticomemoração.

O Rio é, como se sabe, um dos poucos estados onde o PT está liderando as pesquisas.

Pelas contas, Lula detém 60% da preferência do eleitorado fluminense, contra 26% de Collor. (Informe JB, 6/12/89)

Analfabetismo

O estado de Amazonas, com dimensões continentais, apresenta um dos maiores índices de analfabetismo entre os seus 879.847 eleitores. O Tribunal Regional Eleitoral de Amazonas constatou a existência no estado de 83.550 eleitores analfabetos, 304.556 eleitores que sabem apenas escrever o nome e 215.545 eleitores que têm apenas o primeiro grau incompleto.

Em todo o Amazonas, o TRE encontrou apenas 19.890 eleitores com curso superior completo e, destes, 17.187 têm domicílio eleitoral em Manaus, a capital. (Informe JB, 6/12/89)

Garantia

Caso Collor ou Lula falte ao debate do dia 14, ele se transformará numa longa entrevista com o candidato presente. É o que está acertado entre as TVs e assessores dos dois. (Painel FSP, 8/12/89)

Na bucha

Covas manteve o estilo quando Lula pediu autorização para usar na TV as imagens do encontro do dia 7: "Você já está usando entrevistas minhas desde o começo". (Painel FSP, 8/12/89)

Sim às verbas

Num eventual governo do PT não haverá corte dramático nas verbas para os militares. Os petistas consideram que investimentos em tecnologia, especialmente da Marinha e Aeronáutica, são "estratégicos". (Painel FSP, 8/12/89)

Demora

O Ministério da Saúde calcula que em janeiro já poderá deflagrar o programa emergencial de saúde para os Yanomami, em Rondônia. Até lá os mosquitos transmissores da malária estão proibidos de picar os índios. (Painel FSP, 8/12/89)

Arquivo secreto

O presidente do Senado, Nélson Carneiro, propôs à Mesa Diretora a criação de uma comissão especial para investigar os documentos secretos do arquivo da casa.

Há quem imagine encontrar ali documentos sobre o episódio em que o pai de Fernando Collor, senador Arnon de Mello, matou a tiro outro senador, José Kairalla. (Canal 3, OESP, 7/12/89)

Segredos da floresta

Assinados por políticos, profissionais liberais e povos da floresta, começa a circular no Acre um manifesto pela candidatura da Frente Brasil Popular. Com uma frase de Luís Inácio Lula da Silva: "Precisamos ouvir a voz dos povos da floresta. Se forem derrotados, levarão consigo segredos que nunca serão descobertos". (Canal 3, OESP, 7/12/89)

Collando

O deputado e ex-candidato Afif Domingos disse em Campo Grande que Fernando Collor copiou algumas idéias do programa de governo do PL, entre elas a reforma ministerial anunciada pelo candidato do PRN.

- Tudo bem, desde que cite a fonte - ironizou. (Canal 3, OESP, 7/12/89)

Quer os nomes

O ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, foi à festa de aniversário de Marly Sarney, segunda-feira à noite no Alvorada, e prometeu: vai voltar à Câmara dos Deputados e "botar o dedo na cara" do líder do PRN, Rejan Calheiros, e cobrar dele os nomes dos corruptos que Fernando Collor diz haver no governo.

E disse mais: que Collor já ganhou a eleição. Com seu voto. (Canal 3, OESP, 7/12/89)

Pastel de vento no protesto dos aposentados

A "Ceia da Miséria", manifestação de aposentados e pensionistas contra o atraso no pagamento do 13º salário, realizada dia 7 à tarde, nas escadarias da Câmara dos Vereadores, na Cinelândia, foi literalmente uma miséria.

A quantidade de pão dormido "que o diabo amassou", pastel de brisa e água levada pelos organizadores do evento não deu para ser dividido entre todos os presentes. Mesmo assim, a manifestação chamou a atenção dos populares que passavam pelo local e acabaram acompanhando o "arrasta-pé", caminhada até a Rua Pedro Lessa, na Praça dos Aposentados, que percorreu as Ruas Araújo Porto Alegre e Graça Aranha, no centro do Rio, causando retenção no trânsito.

O ato em repúdio às últimas

decisões do Governo federal - primeiro, através de decreto do ministro da Previdência, Jáder Barbalho, de pagar aos segurados o 13º pela média dos últimos 11 meses e, durante esta semana, o anúncio do Presidente José Sarney, de que o 13º será integral, mas virá com atraso - foi marcado por lamentações de aposentados e pensionistas, acompanhadas pelo refrão "abono de Natal pela média é ilegal, abono de Natal nós queremos integral".

Além de diversas associações de moradores e da Federação das Associações de Aposentados da Previdência, organizadora do evento, também colaboraram os Sindicatos dos Urbanitários (emprestou o carro de som), dos músicos (com palanque e instrumentos musicais) e o conjunto Previ-Samba-Show,

dos previdenciários, que ajudou na algazarra e gritaria, "para ser ouvida no Distrito Federal", ocorrida em frente ao prédio do INPS, na Rua Pedro Lessa.

Apoiados por representantes dos sindicatos dos metalúrgicos do Rio e de São Gonçalo, fazendário, telefônicos e eletricitários de Niterói e dos operários navais, três mil aposentados e pensionistas (segundo os organizadores) compareceram à manifestação, que também ocorreu em São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

A vereadora Regina Gordilho (PDT) e a deputada federal Benedita da Silva (PT) também estiveram presentes. Regina Gordilho salientou que seu marido, aposentado, recebe proventos de NCz\$ 340,00. (Última Hora, 08/12/89)

Classe já não acredita em promessas do Governo

As lamentações correram soltas no microfone. José Gouvea Tavares, 62 anos, disse que há cinco anos está esperando a realização de uma operação de próstata, no Hospital da Lagoa, mas não consegue. Neusa Maria Perez, 50 anos, inválida e cega, lembrou que saiu do Grajaú para a manifestação e que recebeu este mês, NCz\$ 200,00, quando somente o aluguel da vaga onde mora custa NCz\$ 300,00. Abdiel Vieira Machado, 73 anos, aposentado há 10 anos, trabalhador na lavoura, mostrou o carnê, com meio salário mínimo. E foi por aí.

Apesar de falta do Papai Noel, que chegaria de maca (segundo Roberto Pires, diretor de imprensa da Federação das Associações, ele não chegou porque "morreu" no meio do caminho, de inanição) e do toque de cla-

rins, cancelado porque o aposentado João Cardoso, do Sindicato dos Músicos, passou mal, de emoção, a manifestação teve pontos altos, com a presença do aposentado Edgar Brasil, 52 anos, aposentado como mecânico de aviação, que levou um caixão de papelão, repleto de pão dormido e capim, com letras vermelhas indicando que "esta será nossa ceia de Natal".

O presidente da Federação das Associações de Aposentados da Previdência do Rio, Apolônio Araújo, salientou que o Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, elaborado pelo Governo Federal, em apreciação no Congresso Nacional, peca pela falta de capítulos específicos sobre a questão da assistência social, e principalmente, quando à administração colegiada, entre Governo, tra-

balhadores da ativa e aposentados, para fiscalização e participação de todos na Previdência Social.

Segundo ele, caso a administração colegiada já existisse, todos os aposentados e pensionistas receberiam este ano, o 13º integral e no mês de dezembro.

Apolônio Araújo acrescentou, também, que a classe não acredita mais nas promessas do Presidente José Sarney. "O Governo, para nós, já não possui credibilidade, já fomos enganados diversas vezes e, ainda este mês, promoveremos outras manifestações iguais a essa. E, no dia 24 de janeiro, Dia do Aposentado, ocuparemos a Rua Pedro Lessa, na Praça do Aposentado, para um grande ato de repúdio". (Última Hora, 08/12/89)

Saulo Ramos manda PF proteger bispo em RR

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, determinou que a Polícia Federal dê proteção ao bispo de Roraima, d. Aldo Mogiano. O bispo defende a retirada dos garimpeiros que invadiram a reserva Yanomami naquele Estado. Por causa disso, está recebendo ameaças de morte. A retirada dos garimpeiros da área já foi determinada por liminar da Justiça Federal, até agora não cumprida.

A presença dos garimpeiros está dizimando a população indígena. Os Yanomami enfrentam uma epidemia de malária e de viroses, além de doenças na pele, olhos, sistema respiratório e intestinos. Para en-

frentar a situação, foram liberados dia 6 NCz\$ 15 milhões, através de medida provisória, para um programa emergencial de saúde.

"Este programa pode servir para fixar de vez os garimpeiros na região", disse a médica Maria Gorete Selau, do grupo "Ação Pela Cidadania".

O programa emergencial não detalha planos para a retirada dos garimpeiros. Ao contrário, prevê assistência médica também para eles. Sem a retirada dos garimpeiros, como reconhece a própria Funai (Fundação Nacional do Índio), o quadro de calamidade em relação à saúde indígena não será solucio-

nado. Mesmo com a omissão do projeto, o ministro do Interior, João Alves, garante que a retirada dos garimpeiros será realizada. "O projeto não está detalhado por razões estratégicas. No entanto, parte dos NCz\$ 15 milhões liberados pela medida provisória serão usados na retirada dos garimpeiros", afirmou.

Para realizar a tarefa - são cerca de 40 mil invasores -, o governo pode empregar a Polícia Federal, que já orçou o serviço em NCz\$ 26 milhões. O Exército e a Aeronáutica também foram convocados para efetuar a retirada dos invasores através de ofícios da Justiça Federal. (Folha de São Paulo, 08/12/89)

Justiça interdita pista clandestina na área Yanomami

A Justiça Federal determinou dia 5 que a Aeronáutica interdite as pistas de pouso clandestinas no território indígena dos Yanomami, em Roraima. O objetivo da medida é deixar sem condições de sobrevivência os cerca de 40 mil garimpeiros que invadiram a região, obrigando o abandono da área. Tanto a alimentação, instrumentos de trabalho e roupas, como o ouro garimpado, são transportados por aviões que usam as pistas irregulares.

A decisão foi tomada pelo juiz da 1ª Vara Judiciária do Distrito Federal, João Batista Coelho Aguiar. Ele concedeu liminar, acatando pedido do subprocurador-geral da República, Carlos Victor Muzzi. Através de ofício, a ordem foi comunicada ao Ministério da Aeronáutica.

O cumprimento isolado da ordem judicial poderá trazer complicações. Os milhares de garimpeiros instalados na região sairão desordenadamente. Podem ocorrer invasão de outras áreas e uma explosão

de violência. Para evitar que isso aconteça, a "Ação pela Cidadania" - grupo de parlamentares e órgãos, como OAB e ABI - vem propondo a criação de uma infra-estrutura adequada para abrigar os garimpeiros retirados de Roraima. Isto seria possível com a demarcação de áreas autorizadas para garimpo e fornecimento de equipamentos para a formação de cooperativas de garimpo.

A medida não tem prazo definido para seu cumprimento. "A Aeronáutica precisa cumprir o dever que deveria ter cumprido sem ordem judicial", afirmou Muzzi. Segundo o subprocurador-geral, a liminar não define punições para o não-cumprimento da ordem judicial. "Mas isto está previsto em lei. Ignorar uma liminar configura desobediência, com punições previstas em lei", declarou.

A indeterminação de prazo é, de qualquer maneira, o ponto vulnerável da decisão judicial. Há uma semana, a Justiça Federal requereu ao Exército e à própria Aeronáuti-

ca o envio de tropas para a retirada dos garimpeiros da região Yanomami. A medida ainda não foi acatada - e dificilmente será antes do segundo turno das eleições presidenciais. "Estamos estudando o assunto", limita-se a dizer a assessoria de comunicações do Exército. Não está definido legalmente, através da ordem judicial, quanto tempo de "estudo" será tolerado antes de se configurar uma desobediência à lei.

Victor Muzzi acredita que não haverá, desta vez, motivos para tantos "estudos". Segundo ele, "a interdição as pistas é uma operação muito mais simples do que a retirada dos garimpeiros com o uso de tropas. Basta bloquear as pistas com tambores ou outros obstáculos". Muzzi diz que não se trata apenas de obrigar a saída dos garimpeiros. "É um fato muito grave a existência de pistas clandestinas em uma região de fronteiras. Podemos enfrentar problemas com tráfico de cocaína, transporte de armamentos e contrabando", afirmou. (Folha de São Paulo, 06/12/89)

Ibama anuncia que vai queimar 200 mil peles

Mais de 200 mil peles de animais silvestres apreendidas pela fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) serão queimadas nas próximas semanas. Esta decisão foi tomada dia 7 durante reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que decidiu incinerar couros de jacarés, peles de gatos, cobras, onças, macacos, raposas, veados, lobos, gambás, lagartos, capivaras, estocados em 15 estados e avaliados em alguns milhões de dólares. Em reu-

não anterior do Conama foi proposto o leilão das peles com a renda revertendo para entidades de caridade.

A proposta, no entanto, foi descartada porque a prática poderia continuar incentivando a caça ilegal e os próprios infratores resgatando o produto leiloado e, possivelmente, continuar revendendo ao exterior.

No Rio de Janeiro estão estocadas 35 toneladas de peles sem especificação do tipo do animal e mais 131.989 peças catalogadas por es-

pécie. A maior quantidade é de teju ou teim. São 89.324 peças provenientes do Ceará. E ainda 18.162 macacos guaribas, 4.416 sucuris, 3.945 jibóias, 2.181 gatos pintados e 2.651 jacarés.

No Ceará estão estocadas 96.718 peças, Amazonas 18.098, Rio Grande do Sul 5.349, Pará 4.323, São Paulo 3.971, Mato Grosso 2.209, Maranhão 689, Rio Grande do Norte 271, Goiás 230, Roraima 56, Minas Gerais 23, Sergipe 21, Bahia 19 e Alagoas 12. (JB, 08/12/89)

Manguezais estão sendo devastados em Angra dos Reis

Biólogos e funcionários do Departamento de Controle Ambiental da Prefeitura de Angra dos Reis (município a 160 quilômetros do Rio) apresentaram à Secretaria estadual de Meio Ambiente uma lista de reivindicações e denúncias: além de receberem ameaças de morte, os técnicos não estão conseguindo evitar a devastação dos manguezais da região. "Estamos isolados. Nosso município está ficando *careca*. Obras ilegais surgem todos os dias e precisamos de ajuda", disse o biólogo Mário Moscatelli, que já conseguiu embargar quatro obras na região e foi ameaçado de morte duas vezes.

A especulação imobiliária ocupa o primeiro lugar da lista de problemas. Constam também reivindicações como maior rigor da Feema no licenciamento de obras; repressão à extração ilegal de areia e à devastação da Mata Atlântica; recuperação de encostas; liberação de verbas para pôr em andamento os projetos já iniciados; e maior segurança para os funcionários do departamento. "Os órgãos estaduais ligados ao meio ambiente, principalmente a Feema, devem se juntar a nós. Devem trabalhar por Angra dos Reis, que está sendo destruída aos poucos", afirmou Mário Moscatelli, acrescentando que 60% dos manguezais do município já foram destruídos.

A principal meta da equipe do Departamento de Controle Ambiental da prefeitura é conquistar de vez os 320 mil metros quadrados de manguezais aterrados há dois anos por um grupo de empresários que comprou as terras para fazer um condomínio com 200 casas. A prefeitura cercou a área, em frente à Ilha da Pimenta, numa região co-

nhecida como Saquinho de Itapira-poa, e anulou o alvará de licença para construção. "Há dois anos esperamos uma solução, para que possamos retirar a terra e recuperar o manguezal. Os órgãos estaduais e judiciários são lerdos. Enquanto isso, continuamos impossibilitados de fazer qualquer coisa na área", contou Moscatelli. (JB, 06/12/89)

Efeito estufa esfriará Antártica

O excesso de dióxido de carbono na atmosfera do planeta deverá causar mesmo um aquecimento gradual da temperatura em certas áreas, devido ao chamado efeito-estufa. Mas um estudo científico divulgado dia 7 reduz bastante as expectativas sobre as dimensões dessa variação climatológica e revela que, ao contrário do que muitos supunham, a Antártica não vai degelar. Ao invés do perigoso aquecimento do polo sul, como se previa, as projeções feitas em computador para o ano 2030 demonstram que a Antártica estará mais congelada do que hoje. Outra revelação do estudo feito por três cientistas da

Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA) é a de que o hemisfério norte será mais fortemente atingido pelos problemas de aumento da temperatura do que o sul. As projeções indicam que, no ano 2030, o índice de dióxido de carbono na atmosfera terrestre será duas vezes maior do que o que era registrado em 1958. Nessas condições, a temperatura no hemisfério norte estará mais elevada do que hoje em dia, numa média de dois a quatro graus centígrados.

No hemisfério sul, a temperatura estará mais elevada apenas um ou dois graus. (JB, 08/12/89)

Collor mentiu sobre assentamento de sem-terra

Como governador de Alagoas, Collor de Mello efetuou um assentamento de trabalhadores rurais sem-terra, no total de sete famílias, em 186 hectares no município de Delmiro Gouveia (a 299 km de Maceió).

A informação foi confirmada no Instituto de Terras de Alagoas (Iteral), na Fundação Estadual de Planejamento Agrícola, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/AL), e no Movimento dos Trabalhadores Sem-terra. No debate do domingo, dia 3, Collor declarou que havia realizado 27 mil assentamentos durante sua administração.

Além de um assentamento, denominado Peba, Collor viabilizou a aquisição de uma área de 871 hectares, denominada Lameirão, também em Delmiro Gouveia. No local, 34 famílias vivem da extração de madeira, mas ainda não possuem título de posse. Tanto o assentamento de Peba como o de Lameirão foram adquiridos com verbas federais.

Outros três projetos, referentes a 1.457 hectares, tiveram início de tramitação junto ao governo federal na administração de Collor, mas continuam sem aprovação. O candidato do PRN também distribuiu 6.505 títulos de propriedade. Os tí-

tulos legalizaram a situação de pessoas que já ocupavam terras devolutas do Estado, das quais 68% obtiveram a posse de direito de usucapião, conforme o relatório "Ação fundiária no Estado de Alagoas (1986 a 1988)".

"Só conseguimos o Peba após muita luta. Fizemos uma ocupação da sede do Incra, em Maceió, e Collor acabou nos recebendo e conseguindo em Brasília a viabilização do assentamento. Fora isso, nada mais fez", disse dia 7 Genivaldo Vieira da Silva, da coordenação estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. (Folha de São Paulo, 08/12/89)

Seringueiros querem 90 reservas nas áreas de conflito

A criação de 90 reservas extrativistas nas áreas com maior índice de conflito e assistência técnica e social foram as reivindicações apresentadas dia 4 pelos seringueiros durante o seminário sobre o Projeto de Assentamento Extrativista e que serão levadas ao futuro presidente da República. Os seringueiros esperam que o próximo presidente consiga, pelo menos, concluir o programa do presidente Sarney nessa área, que previa assentar 6,6 mil famílias em 90 reservas, numa área total de 2 milhões de hectares. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) conseguiu executar apenas 5% do projeto.

Existem hoje no país cerca de 300 reservas extrativistas, a maioria no Acre, onde os conflitos entre seringueiros e fazendeiros são constantes. Das 150 reservas existentes no Acre, o Incra criou apenas cinco projetos na região de Porto Dias, Riozinho, Cachoeira, Santa Quitéria e São Luiz do Remanso, mas nenhum dos seringueiros conseguiu a autorização para o das áreas. O Incra está criando ainda três projetos no Amapá e dois no Amazonas. Segundo o coordena-

dor do projeto no Incra, Mário Meneses, existem ainda 25 áreas em processo de desapropriação.

Os seringueiros vivem basicamente da extração de borracha e castanha-do-pará. O potencial na natureza, no entanto, é maior e, segundo o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Júlio Barbosa de Aquino, poderia ser mais bem aproveitado, se o governo investisse em projetos de pesquisa e assistência técnica. "A floresta é rica e imensa, com uma diversidade de plantas medicinais e frutas nativas que poderiam ser comercializa-

das, caso o governo resolva apoiar", explica Júlio.

Além da falta de apoio e assistência técnica, os seringueiros reclamam também das precárias condições de saúde e educação em que vivem as comunidades. "O hospital mais próximo das reservas fica em Xapuri (Acre), distante cerca de 30 quilômetros. Já os postos de saúde, que na maioria das vezes não têm medicamentos, estão localizados em apenas duas das cinco reservas, Cachoeira e em São Luiz do Remanso", observa o presidente do Conselho. (JB, 05/12/89)

Incra aloja 105 famílias em MS

Já chegaram a Corumbá as 105 últimas famílias do projeto de assentamento Marcos Freire, em Anastácio para as fazendas Taquaral e Tamarineiro, onde foram alojados pelo Incra do Mato Grosso do Sul.

Ao todo, 500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, saíram da estação de Palmeiras, em vagões fretados pelo Incra e

Secretaria de Assuntos Fundiários. Com isso, no projeto Marcos Freire, em Anastácio, ficaram definitivamente assentadas, apenas 186 famílias que terão agora a definição de seus lotes para o início da produção própria.

Taquaral e Tamarineiro ficam próximas à fronteira com a Bolívia. (O Norte, 05/12/89)

Senado paraguaio rejeita expulsão de brasiguaios

A Comissão de Assuntos Constitucionais do Senado paraguaio rejeitou, por unanimidade, o projeto de lei do senador Rodolfo Gonzalez Garabelli, que prevê a criação de zona de segurança nas fronteiras e a retirada dos 350 mil brasiguaios (brasileiros que moram no Paraguai) e outros estrangeiros num prazo máximo de dez anos. Na opinião do ministro Márcio Dias, chefe do Departamento Consular e Jurídico do Itamaraty, e do coronel Fernando Ugarte Ramires, assessor particular do presidente paraguaio, Andrés Rodriguez que estiveram reunidos dia 6 em

Ciudad del Leste (antiga Puerto Stroessner), o projeto dificilmente será aprovado depois dessa rejeição.

A matéria terá de ser votada pelo plenário do Senado, tramitar depois pela Câmara e, em seguida, ser submetida à sanção presidencial. Mesmo que o projeto não seja aprovado pelos parlamentares, tem-se como certo o voto do presidente Andrés Rodriguez. Dificilmente as duas casas terão tempo de votar a medida antes do recesso legislativo, que começa dia 15. Fontes de Assunção acreditam que Andrés Rodriguez, aproveitando o recesso, editará de-

creto sobre os brasiguaios e a questão fundiária, "esvaziando" o projeto de Garabelli.

Na colônias brasileiras, correm muitos boatos afirmando que os brasiguaios perderão suas terras e serão expulsos. Márcio Dias e Fernando Ugarte usaram as emissoras regionais de TV e as rádios do Paraguai e do Brasil para fazer um alerta aos brasiguaios: "Não se deixem assustar; por trás dos boatos estão pessoas de má-fé, que querem comprar sua terra a preço de banana. Não confiem em ninguém que se ofereça para regularizar sua situação". (O Estado de São Paulo, 07/12/89)

Desapropriação de terras causa tensão e incerteza

Os brasileiros que vivem no Paraguai, perto da fronteira com o Paraná, enfrentam momentos de tensão e incerteza com a ameaça de desapropriação de suas terras pelo Governo paraguaio. Alguns estão no País há quase 30 anos. Muitos adquiriram propriedades rurais, construíram, plantaram e criaram filhos. Agora, perdem noites de sono com o projeto do Senador Rodolfo Garavelli

(Partido Liberal) que propõe a desapropriação das terras ocupadas por estrangeiros numa faixa de cem quilômetros ao longo da fronteira.

-A gente tenta, mas não consegue esquecer o problema. Tem hora que dá uma angústia danada - comenta dona Menar Alexandrino, radicada com o marido e três filhos numa propriedade de 17 alqueires no Município de Santa Rosa, a cerca

de 70 quilômetros da fronteira.

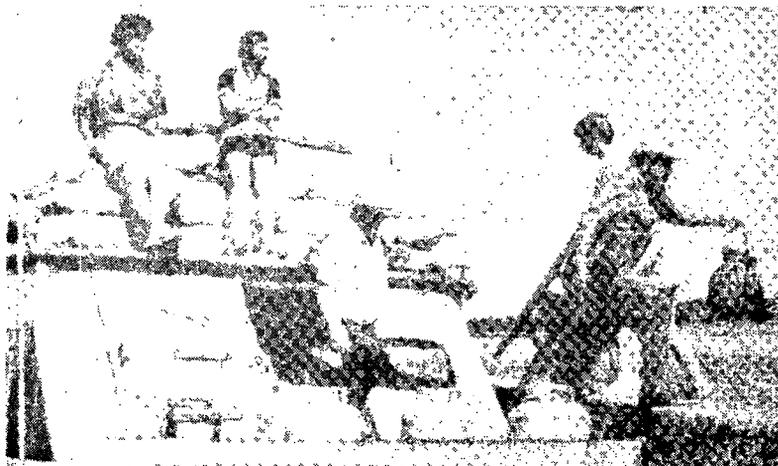
Na Zona Rural de Ciudad del Este, o casal paranaense João Moreira de Jesus e Albertina Skura faz planos para as suas duas propriedades, de 12 alqueires cada uma. João Moreira está no Paraguai há 23 anos. Ele planta soja e milho e tem gado para fornecer leite a uma cooperativa:

Na sua opinião, se o projeto que prevê a desapropriação das terras for aprovado, o Governo paraguaio vai enfrentar uma série crise:

-Os maiores investidores no desenvolvimento desta região são estrangeiros. E não são só brasileiros. Há argentinos, alemães, franceses, suíços.

Isto não serve de consolo para o empregado de João, José Generoso, catarinense de 32 anos, casado, com três filhos, morando no Paraguai há seis anos.

- Voltar agora, sem rumo, ia ser muito ruim para as famílias. (O Globo, 05/12/89)



Chega ao Porto de Santa Helena uma balsa com produtos para se vender no Brasil

Punição agrava a crise da Igreja em Pernambuco

A crise envolvendo a ala esquerdista da Igreja em Pernambuco e a cúpula da Arquidiocese de Olinda e Recife, conservadora, aumentou dia 7 com duas medidas tomadas pelo arcebispo Dom José Cardoso. Na primeira, a comunidade franciscana recebeu prazo de três dias para afastar da cidade o frade Aloísio Fragoso, a quem proibiu, com base no Código de Direito Canônico, de exercer atividades sacerdotais.

O frade é um dos subscritores do documento considerado ofensivo ao arcebispo. Na segunda, mais grave, Dom José destituiu toda a diretoria da Comissão de Justiça e Paz, composta de advogados e leigos ligados ao movimento popular e às Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), nomeando para seu lugar pessoas vinculadas a grupos católicos conservadores.

O arcebispo negou-se a comentar suas decisões. A demissão da diretoria da comissão pegou de surpresa seus 13 integrantes, apesar de a entidade já haver sofrido outra punição, em agosto deste ano, quando ficou proibida de se expressar publicamente em nome da Arquidiocese. O atual presidente, o ex-metalúrgico italiano Luiz Tenderini, encontra-se em um congresso de leigos em Goiânia (GO) e não foi localizado para comentar a decisão da Arquidiocese.

O novo presidente - cuja posse ainda não está marcada - é o advogado João de Britto Alves e no grupo que integra a nova diretoria da entidade estão o cônego Miguel Cavalcanti,

porta-voz do arcebispo, e a senhora Maria Luiza Campelo, uma das coordenadoras em Pernambuco da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que apoiou o golpe militar em 1964. O afastamento do frei Aloísio Fragoso foi pedido por Dom José Cardoso através de carta enviada ao provincial dos franciscanos em Pernambuco, frei Antônio Carlos, que não quis se pronunciar a respeito.

A ordem deverá responder ao arcebispo e, segundo informações de frades que não quiseram se identificar, rejeitará as punições e manterá frei Aloísio no Recife. Ele já está afastado das duas comunidades - as favelas de Coque e Bola na Rede -

onde exerceu até o dia 7 trabalhos pastorais já que o Direito Canônico dá este poder ao arcebispo.

- O ministério sacerdotal é a própria razão de viver de um padre e uma punição como esta arrasa com qualquer um - disse frei Aloísio, que é paraibano, tem 49 anos e 23 de sacerdócio. 22 dos quais exercendo trabalhos pastorais em comunidades de Olinda e Recife. Comedido ao falar das punições, ele garantiu, mesmo afastado do ministério, que continuará indo às comunidades e trabalhando "pela Igreja do povo de Deus".

"Nada impede que eu atue, por exemplo, como animador cristão". (JB, 8/12/89)

Crise começou em Recife há três anos

Desde que assumiu a Arquidiocese de Olinda e Recife, em substituição a Dom Hélder Câmara, em 1986, o arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho vem mantendo uma relação complicada com as bases da Igreja, com as Comunidades Eclesiais de Base e com as entidades leigas. Em agosto do ano passado, ele demitiu a diretoria da Pastoral Rural, a quem acusou de desvio de verbas para financiar atividades do PT e da CUT. Este ano, o clima entre conservadores assumiu ares de uma verdadeira guerra santa.

Dom José Cardoso proibiu a Comissão de Justiça e Paz de utilizar até papel timbrado da Arquidiocese; ameaçou acionar o Código Canônico contra padres da ala esquerda; afastou das atividades os padres

Antonio Maria Guerrin e Thiago Torlby; foi acusado de chamar a polícia para expulsar camponeses do Palácio dos Mangueiros, sede do Arcebisado. Por fim, é tido como mentor da decisão tomada pelo Vaticano de extinguir o Iter e o Serene. No documento intitulado "Faz escuro mas eu canto", as entidades acusaram o "desmonte" da Igreja de esquerda. A demissão da Comissão de Justiça e Paz e o afastamento do frade Aloísio Fragoso aumentam a expectativa em torno da visita de Dom José Cardoso ao Morro da Conceição -, onde preside, hoje, a festa da padroeira do Recife. O pároco do morro é o padre Reginaldo Veloso, um dos mais atuantes membros da ala esquerda. (JB, 8/12/89)

Padre de grotão onde PT ganhou denuncia ameaças

O padre Rui Felix Carmo Primo vigário de Joáima, um dos grotões mineiros onde o PT ganhou no primeiro turno, graças ao apoio da Igreja - denunciou que foi agredido verbalmente e ameaçado de morte por um dos coordenadores da campanha do PRN na cidade, Frederico Grapiúna, na casa paroquial. "Ele disse para eu sair da cidade", relatou o padre, por telefone. O bispo da diocese de Almenara, Dom Diogo Reesnik, disse que "a ameaça certamente tem conotação política". Segundo o vigário, desde o dia 7 um policial está postado defronte a casa paroquial para lhe dar proteção. O irmão leigo José Sobreiro Neto testemunhou a discussão: "Frederico disse textualmente que eu cheria a boca do padre de bala", acusou irmão José. "Queriam um padre alienado, de sacristia", comentou o padre, que considera a

plataforma do PT mais próxima da linha da Igreja, "a favor do homem, do pobre, do oprimido". Em Joáima, o candidato Luís Inácio Lula da Silva teve 3.305 votos, contra 2.173 de Fernando Collor de Mello.

Ofensas

Segundo irmão José, Frederico Grapiúna, que é irmão do prefeito Roberto Grapiúna (PMDB), chegou armado à casa paroquial, às 11h30 do dia 6, e alegou que o padre Rui ofendera a mãe dele.

O leigo disse que, na verdade, em um comício do próprio PRN, um dos oradores chamou as mulheres que frequentavam a igreja de prostitutas e os homens de maconheiros. "A mãe dele trabalha na igreja como ministra da eucaristia. Ele chegou dizendo essa calúnia, mas o que ele quer mesmo é que o padre saia da cidade", avaliou irmão José.

Em nota distribuída à imprensa, o prefeito chama o padre de "mentiroso, cínico e leviano". Afirma que Frederico foi à casa paroquial para "esclarecer a questão" e "solicitar dele entendimento" a respeito das ofensas à sua mãe e irmãs. "Esse vigário é conhecido em toda a região pela grosseria de seu comportamento, incompatível com a dignidade da função que exerce", acusou o prefeito, que chamou ainda o padre Rui de cínico, por negar que faz política partidária, quando exhibe propaganda do PT no cartão e faz da casa paroquial um "birô eleitoral" do partido.

Frederico Grapiúna e o delegado Carlos Alberto Vitoriano não foram localizados dia 7, mas o escrivão Ramos Moreira informou, por telefone, que, diante da queixa do padre, foi aberto inquérito policial. (JB, 8/12/89)

Frades capuchinhos criticam o candidato do PRN

Em nota divulgada dia 7, a Província dos Capuchinhos do Nordeste afirmou que, ao participar da campanha eleitoral de Fernando Collor, frei Damião de Bozano "foi instrumentalizado com fins políticos. E isto é abusar da fé do povo e usar o nome de Deus em vão".

Dos 25 frades reunidos em assembléia no convento de Caruaru (PE), cerca de 20 vão votar em Lula, apontado como o que melhor traduz as metas do documento *Exigências Éticas da Ordem Democrática*, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A

ordem, porém, não tomou posição formal.

Para frei Francisco Barcelo, ex-ministro provincial, Collor poderá vir a ser eleito "pelas massas despolitizadas que vivem à margem de tudo". (O Estado de São Paulo, 8/12/89)

Seminaristas do Serene 2 vão para a Paraíba

O Seminário Imaculada Conceição, da Arquidiocese da Paraíba, será reaberto no dia 4 de março para receber os alunos do Seminário Regional do Nordeste-2 (Serene-2) e do Instituto de Teologia do Recife (Iter), ambos localizados na capital de Pernambuco e fechados pelo Vaticano sob a acusação de seguirem orientações em desacordo com as da Igreja. Fundado há 96 anos e desativado desde a abertura do Serene, o Imaculada Conceição já tem 48 reservas de vagas feitas por bispos da Paraíba e

de outros estados do Nordeste.

O arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, disse que o seminário funcionará sob orientação do documento de estudos da Congregação da Educação Católica, de Roma, e do documento número 30 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). "Não é a continuação do Serene nem a orientação do Serene, embora coincida com a do Serene", observou o arcebispo.

"Será um seminário como o de Olinda, o de Natal, o de Salva-

dor, com seu próprio regulamento.

Os seminaristas serão admitidos à medida que forem indicados por seus bispos" - continuou - "e serão preparados para uma ação pastoral com as características da desenvolvida na Paraíba, que batem com a do Nordeste-2, que por sua vez seguem a da CNBB". Dom José Maria Pires explicou que cabe a cada bispo decidir qual o seminário que atende melhor à realidade pastoral da sua região e optar por um deles. (JB, 8/12/89)